

RESENHA

Etnografia de rua: Estudos de Antropologia Urbana

Porto Alegre, UFRGS Editora, 2013, 294 p.

Street ethnography: Urban Anthropology Studies

Porto Alegre, UFRGS Ed., 2013, 294 p.

Alexsânder Nakaóka Elias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS, Brasil

alexdefabri@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-6746-0464>

Amanda Dias Winter

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS, Brasil

winteradiaz@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0008-9534-7184>

Bárbara Armange

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS, Brasil

barbaraarmange@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-1748-1259>

Elisa Algayer Casagrande

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS, Brasil

elisacasagrande@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5868-1772>

Fabíola de Carvalho Leite Peres

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS, Brasil

fabioladecarvalholeite@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2675-0873>

Flávia Maria Silva Rieth

Universidade Federal de Pelotas

Pelotas, RS, Brasil

rieth.flaviamaria@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7306-509x>

Isabella Khauam Maricatto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
isa.maricatto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8913-8334>

Jaqueline Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
jaquetf@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7662-1773>

Jean Lucca Soares Hofstadler Leonardo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
jeanhleo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1696-2904>

Jéssica Nunes da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
jess.nunes@ufrgs.br
<https://orcid.org/0000-0003-3914-6907>

Láise Rosales Munhoz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
laisemunhoz@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8922-9386>

Marcelo Regius Gomes Bastos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
marbastos56@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0009-9231-8158>

Matheus Henrique Dias da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
matheushdiassilva1@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2460-5755>

Susana Bellinaso

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
susanabellinaso@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6823-6587>

Victória Mello Fernandes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
victoria.fernandes@ufrgs.br
<https://orcid.org/0000-0002-8294-6128>

Recebido em: 5 de setembro de 2023

Aceito em: 5 de outubro de 2023

Resumo

Esta resenha do livro *Etnografia de Rua, Estudos de Antropologia Urbana* organizado pelas autoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, publicado em 2013 pela Editora da UFRGS em Porto Alegre, RS, resulta de um exercício de estudantes da disciplina de Antropologia Urbana, desenvolvida no segundo semestre de 2023 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (IFCH, UFRGS), em Porto Alegre (RS, Brasil), além de colegas professores que assistiram a disciplina. Cada capítulo foi resenhado por um ou mais estudantes e o resultado, apresentamos nesta oportunidade.

Palavras-chave: etnografia de rua, antropologia urbana, Porto Alegre, cidade, pesquisa

Abstract

This review of the book *Etnografia de Rua, Estudos de Antropologia Urbana* organized by the authors Ana Luiza Carvalho da Rocha and Cornelia Eckert, published in 2013 by Editora da UFRGS in Porto Alegre, RS, is the result of an exercise by students of the Urban Anthropology discipline, in the second semester of 2023 in the Postgraduate Program in Social Anthropology (IFCH, UFRGS), in Porto Alegre (RS, Brazil), in addition to fellow teachers who attended the course. Each chapter was reviewed by one or more students and the results we present on this opportunity.

Keywords: street ethnography, urban anthropology, Porto Alegre, city, research

Capítulo 1

Etnografia De Rua e Na Rua: Estudos de Antropologia Urbana. p. 21-46. Autoras do capítulo Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha. Autor da resenha Jean Lucca Soares Hofstadler Leonardo.

O texto aqui revisitado faz parte de uma coletânea de ensaios etnográficos e é uma introdução a um conjunto de textos elaborados por vários alunos-pesquisadores, coordenados pelas pesquisadoras Ana Luiza C. da Rocha e Cornelia Eckert, as quais redigem o primeiro capítulo do livro “Etnografia de Rua: Estudos de Antropologia Urbana”. Com um caráter introdutório, o texto pode ser dividido em duas partes: a apresentação de conceitos sobre etnografias no ambiente urbano e um relato da etnografia elaborada pelas autoras em uma rua pluricultural de Paris.

Durante a primeira parte, logo fica evidente a importância das descrições literárias realistas do século XIX para o entendimento do fazer etnográfico na cidade. As notáveis obras de Charles Baudelaire e Marcel Proust servem como fundamentos para o que Walter Benjamin designaria como um novo estado de ser e estar no mundo: um viver na paisagem urbana moderna através do caminhar na cidade, uma experiência ao mesmo tempo sensorial e racional que posteriormente viria a ser dissecada por inúmeros cientistas sociais e antropólogos que buscam atribuir valor para o tema do viver na cidade e das suas transformações.

Partindo de um sólido conhecimento teórico e prático sobre o tema, as autoras explicam ser a etnografia um trabalho que procura se aprofundar através de um método que busca “descrever práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais” por meio de técnicas como observações, conversações e - o grande diferencial dos ensaios deste livro: a utilização da câmera (fotográfica e de vídeo) como parte dos instrumentos de pesquisa. A peculiaridade exposta da etnografia de rua, principal abordagem de todos os diferentes textos que seguem após o capítulo inicial, é que o pesquisador provavelmente pertence a mesma cultura urbana daqueles que serão seus “objetos de pesquisa (ou o Outro)”. Dessa maneira, o texto continua e nos diz que “o Outro” se torna um mistério interessante ao passo que se assemelha e se parece com o pesquisador em certa medida e que isso pode ser avaliado e trazido à luz por meio de conceitos pré-estabelecidos pela literatura. Assim, o pesquisador haverá de reconhecer o que para ele é novo e o que já lhe é familiar através de caminhadas, fotografias, vídeos e interações diversas em uma cultura urbana heterogênea.

A seguir, uma interessante parte do texto é aquela que mostra justamente este encontro do pesquisador com o “pesquisado” e o produto disso. Através da observação sistemática de uma rua e das situações ali ocorrentes, o pesquisador poderá encontrar através de um diário de campo e de suas impressões, situações que se encaixam em um “leque de conceitos” já estabelecidos e propostos, permitindo uma comparação, um diálogo e posterior análise fundamentada das diversas situações sociais que ocorrem em diferentes tempos e espaços urbanos nas sociedades complexas. Somado a isso, fica o acréscimo do instrumento que captura fotografias e vídeos, servindo de material novo e interativo, o qual, apesar de exigir do pesquisador uma série de conhecimentos sobre a legislação dos direitos de imagem e das formas de abordar e pedir consentimento, é de domínio das autoras conforme fica claro na explicitação do projeto BIEV (Banco de Imagens e Efeitos Visuais) e de documentários já produzidos, tal qual o projeto Narradores Urbanos (série que grava antropólogos brasileiros em caminhos por grandes cidades).

Na segunda parte do capítulo é relatada a experiência das autoras em desenvolver uma etnografia de rua em Paris no ano de 2001. As descrições das ruas são feitas de forma que mesmo quem não pisou em Paris sinta o clima do local onde as pesquisas foram realizadas, o que se dá de forma mais efetiva pelo uso de imagens fotográficas das paisagens urbanas. As anotações de diários de campo também ajudam a tornar vívida a imagem mental do complexo emaranhado social que se estabelecia na Rue de *Belleville*. Partindo de uma pesquisa bibliográfica que incluía mapas, livros de história do bairro, folders turísticos, documentários etc., as autoras passam a relatos de caminhadas pela rua e de achados etnográficos pelo caminho, os quais ficavam registrados em diários de campo ou fotografias. Partindo desse material, com sucesso foi montada uma descrição e um olhar sobre um bairro extremamente multicultural, com a presença de um multilinguismo que incluía além do francês, informações de restaurantes em chinês, árabe, turco e hebraico fazendo parte de diversos restaurantes étnicos, assim como mercadinhos e boutiques francesas. Além disso, a presença de hindus, argelinos, mulheres de origem asiática e de origem africana vestidas à caráter também fazia parte da multiculturalidade da rua, como é contado ao leitor em diversas passagens e em diferentes situações no texto.

Para além do momento da data do estudo, o relato buscou relacionar essa configuração social atual da rua com tempos antigos. Para isso, documentários serviram

para relevar às autoras que, após anexação do território da comuna de *Belleville* em 1860, o espaço passou a receber levas de imigração de diferentes regiões, conduzindo à multiculturalidade que podia ser vista na época da etnografia. Por outro lado, essa mesma pluralidade também deu origem às dificuldades de comunicação entre pessoas de outros países e línguas diferentes, o que pode ter sido um ponto onde o relato deixa de adquirir informações mais específicas sobre os moradores de lá. Ao mesmo tempo, o leitor do capítulo não deixa de, ao longo do texto, estabelecer conexões com a sua própria cidade e pensar sua relação com esse mundo Parisiense da *Rue de Belleville*, ampliando fronteiras e olhares, o que, para mim, me parece ser a parte mais essencial de todo resultado do processo etnográfico.

Ao final, a impressão que este primeiro capítulo do livro deixa ao leitor é de que o fazer etnográfico em ambientes urbanos acaba sendo como a confecção de um casaco de lã, costurado com diferentes fios pelo antropólogo e com o qual o leitor pode se aquecer ao encontrar um sentido para o complexo caos urbano.

Capítulo 2

Encontrando imagens na e da rua da Praia. Relato de uma etnografia de rua. p. 47-67. Autoria do capítulo Patrícia Rodolpho. Autoria da resenha Amanda Dias Winter, Susana Bellinaso.

Em “Encontrando imagens na e da rua da Praia”, a autora parte de um dos principais marcos referenciais da cidade de Porto Alegre, a Rua da Praia, tendo como intuito, observar e analisá-la a partir de uma série de pontos, como a sua apresentação estética, narrativas dos sujeitos que a frequentam, fotografias e crônicas do seu passado. Assim, partindo de uma perspectiva etnográfica, somando-se aos elementos anteriores, a autora buscou perceber as modificações e as renovações daquele espaço e como essas alterações determinam e modificam o cotidiano daqueles que a frequentam. Para realizar este exercício, foi necessário contextualizar o espaço da Rua da Praia e compreender os elementos que o compunham antigamente. Entretanto, a autora deixa claro que o interesse não é mostrar a história da rua e sim mostrar quais foram as alterações sofridas por ela, e observar a forma como alguns ornamentos estéticos estavam inseridos e articulados com as mudanças já ocorridas na Rua da Praia. Para

isso, a autora faz uso do recurso da imagem com o intuito de mostrar elementos estéticos dos diferentes tempos que estão combinados naquele lugar.

A escolha pela Rua da Praia foi justificada pela autora pelo fato de ser um dos locais mais tradicionais de Porto Alegre, além de ser um local que possui uma longa história e tempo de existência, sendo marcado por ser um espaço que funcionava como via de passagem, comércio e residência para pessoas que eram desde comerciantes até de famílias importantes e afortunadas da cidade de Porto Alegre. Em outras palavras, a Rua da Praia era um local símbolo da aristocracia na capital. No texto, a autora apresenta a descrição sobre o espaço através das narrativas de viajantes europeus, ainda no século XIX, e através de obras escritas de cronistas, onde era descrito o glamour do comércio que era realizado naquele local em épocas anteriores. Assim, através da utilização desses meios foi possível recompor o cenário da Rua da Praia e a sua ambientação ao longo dos anos. Como contado no texto, até a Segunda Guerra Mundial a rua possuía fortes influências europeias na sua constituição e organização. Entretanto, como a autora coloca, a Rua da Praia foi perdendo toda essa característica de inspiração européia e toda a sua glamourização, se tornando um espaço - no momento da escrita do texto- diferente, marcada por uma movimentação mais popular, com o aumento do comércio informal, alterações no tipo de arquitetura daquele local, um lugar com diversos prédios antigos e desgastados, sem cuidado. Assim, as fotografias e as histórias narradas em crônicas antigas funcionaram como meio de recriar e reconstruir aquele local em tempos antigos e, assim, permitiram que fosse possível fazer uma contraposição entre os tempos antigos da Rua da Praia e a realidade naquele momento.

Os trajetos escolhidos desempenham um papel central da observação efetuada neste estudo. A análise destes caminhos envolve a observação de um percurso com movimento em ambas as direções, exigindo a presença ativa da pesquisadora, que deve se deslocar fisicamente ao longo do trajeto. Se trata, com isso, de uma abordagem prática e participativa, na qual a pesquisadora se movimenta no trajeto para coletar dados e obter uma compreensão mais profunda da situação em contexto. Caminhar, portanto, é a atividade primordial de coleta de dados para a autora (p. 63). Ao seguir os passos pelo centro da cidade de Porto Alegre, Rodolpho nos conduz ao longo de três quadras da Rua da Praia, que são interseccionados pelas ruas Dr. Flores, Vigário José Inácio e Mal. Floriano. A escolha de analisar os percursos na Rua da Praia concentrou-se nos aspectos físicos e materiais desse ambiente, com observações

detalhadas e anotações sobre cada edifício em ambas as faces da rua. Isso inclui informações como a idade dos edifícios, seu estado de conservação e o tipo de comércio que eles abrigam, com foco especial nos edifícios mais antigos, que contrastam com as mudanças ao longo do tempo. Além disso, a observação nos cruzamentos de ruas permitiu compreender as interações e circunstâncias que envolvem as pessoas que frequentam a área, revelando diferenças significativas no contexto da Rua da Praia.

Em um primeiro momento, a pesquisa valorizou o aspecto estético e as mudanças ao longo do tempo com base nos elementos visuais que compõem a Rua da Praia. Houve uma concentração na avaliação do estado de conservação física da área, identificando rachaduras em prédios, vidros danificados, fios elétricos emaranhados e a coexistência de lampiões antigos e postes de iluminação modernos. A autora chama atenção ao “aspecto temporal-visual” (p. 63) da passagem do tempo pelo contraste entre elementos contemporâneos e antigos, a partir de características estéticas de cada época que se misturam nas fachadas. Além da arquitetura, outros elementos, como placas publicitárias, também foram observados devido ao seu impacto visual significativo e influência na estética do local. Mudanças nos estabelecimentos comerciais, como inaugurações e fechamentos, afetam também a atmosfera do espaço. Esses elementos contribuíram para a tessitura visual que caracteriza o ambiente da Rua da Praia, refletindo a interação entre o antigo e o novo no decorrer dos anos.

Nos cruzamentos da Rua da Praia, a vida cotidiana pulsa com maior intensidade: pessoas passeiam, trabalham e conversam, talvez representando a continuidade da vida vibrante que também é documentada nos relatos de viajantes trazidos pela autora. A alteração do espaço físico exige, portanto, uma adaptação da metodologia. Enquanto os trajetos anteriores apresentavam predominantemente movimentação em dois sentidos, os cruzamentos, caracterizados por uma multiplicação de direções, mostraram-se mais dinâmicos, revelando uma variedade maior de interações sociais. Desse modo, permanecer em cada uma das quatro esquinas e observar o fluxo (de transeuntes, carros, transporte público) foi a estratégia escolhida para compreender a singularidade de cada intersecção.

O que diferencia a ambiência no cruzamento de cada trecho é, segundo a autora, a possibilidade ou não do trânsito de veículos. O cruzamento entre a rua da Praia e a rua Dr. Flores é caracterizado pelo intenso tráfego de veículos, influenciando a dinâmica observada. Nesse contexto, a vida cotidiana revela sua complexidade por meio da

observação de situações como as interações entre seguranças e crianças de rua, das paqueras entre estudantes e do fluxo de pessoas, já que ali é o ponto de partida do centro para diversas regiões da cidade. Em contrapartida, no cruzamento da Rua Vigário Inácio, onde a presença de veículos é proibida, o trabalho informal floresce, destacando-se a significativa presença de vendedores ambulantes que contribuem para a paisagem sonora e polifonia do espaço. Nesse local, o comércio formal, situado em prédios históricos, compartilha o espaço com as barracas de rua.

Uma etnografia é, também, um retrato de seu tempo. Pelas lentes da antropologia, buscando também “apreender aquilo que não se vê, mas que se sente na Rua da Praia” (p. 63), Patrícia Rodolpho nos convida a fazer uma viagem à Porto Alegre glamourosa do século XIX, um lugar associado à aristocracia e à sociabilidade, onde as calçadas eram locais de contemplação. Em seguida, ela nos traz de volta à Rua da Praia contemporânea, apresentando seus habitantes, transeuntes, paisagens estéticas e sonoras. Ao realizar a tarefa de “observar a Rua da Praia, descrevê-la e, com certeza, admirá-la em suas inúmeras facetas” (p. 55), a autora, revela as continuidades e rupturas de uma rua importante para a cidade desde seu princípio e demonstra a complexidade da existência nestes espaços em constante transformação. Que a antropologia nos motive a pensar na cidade como um espaço de vida compartilhada, em toda sua diferença, não apenas como um negócio lucrativo para poucos.

Capítulo 3

Das ruas de asfalto às margens das ilhas: conflitos, éticas de segregação e de uso comum das margens da cidade. p. 68-95. Autor do capítulo Rafael Victorino Devos. Autora da resenha Elisa Algayer Casagrande.

O terceiro capítulo traz uma análise profunda das dinâmicas complexas e multifacetadas que cercam a ocupação das ilhas urbanas no Delta do Jacuí, situadas na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O autor abre o capítulo com uma descrição da paisagem única dessas ilhas, contrastando a beleza natural com as condições habitacionais muitas vezes precárias enfrentadas pelos moradores. Isso estabelece o cenário com o qual vamos nos deparar. O arquipélago é composto por 16 ilhas, inicialmente ocupadas por propriedades rurais, e atualmente por grandes casas e clubes, em contraste com a periferia que se localiza mais próxima à ponte.

Durante o texto, o autor faz uma reflexão sobre a transformação da paisagem urbana, na relação entre o processo de urbanização, a especulação imobiliária e a preservação ambiental de comunidades ribeirinhas, no contexto das margens de uma cidade com água.

O texto mergulha na história da ocupação das ilhas, remontando ao século XIX, quando as primeiras famílias locais colonizaram a região. A falta de planejamento urbano e políticas públicas adequadas levaram as comunidades locais a um crescimento desordenado das ilhas, à ocupação informal e às disputas de território. Essa narrativa histórica revela uma população diversificada, composta tanto por famílias enraizadas há gerações quanto por novos moradores em busca de uma “vida melhor”. Como é uma área de proteção ambiental, há muitos casos de ocupação irregular, de ambos os lados.

Em se tratando da ocupação mais recente, há um local apelidado de “vila caiu do céu”, que surgiu em resposta às tentativas de remoção de famílias das margens dos rios. Esse episódio ilustra as tensões entre os moradores das ilhas e as autoridades que buscam implementar políticas de preservação ambiental, sem considerar a situação das comunidades ou estabelecer um diálogo real. Além disso, o autor destaca como as comunidades locais se organizam para resistir às ameaças à sua moradia, e as negociações éticas dentro da própria comunidade. As diferentes temporalidades são um desafio do local.

Devos explora as implicações da criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) no Delta do Jacuí e seu impacto nas comunidades locais. O autor destaca a resistência de lideranças comunitárias em relação a essa medida e a falta de coordenação entre políticas de preservação ambiental e desenvolvimento habitacional. Isso levanta questões importantes sobre a necessidade de encontrar soluções que conciliem a preservação ambiental com a melhoria das condições de vida das comunidades locais. O “morar numa ilha” aparece como uma forma de inserção no urbano.

Há uma conexão importante entre o processo de ocupação das ilhas e as mudanças na paisagem urbana das grandes cidades brasileiras, em que se compara o modelo emergente de segregação espacial nas ilhas com a realidade em São Paulo, onde áreas de elite coexistem com favelas, evidenciando como a segregação social está se refletindo na geografia urbana de diferentes maneiras no país. No arquipélago, é visível o contraste entre classe média/alta e a periferia, que é constantemente ameaçada com as

remoções. Essa população preserva, além de atividades de pesca, a reciclagem de materiais, que o autor relaciona à existência de um lixão local até 1970, prévio à política de ocupação ambiental.

Aparece no texto a existência de figuras míticas e lendárias, nas histórias que povoam a vida local. Os locais onde terra e água se misturam, por exemplo, são “assombrados” e enchentes podem ser percebidas como uma ação de “limpeza” promovida pela espiritualidade. Os relatos do sobrenatural relacionado às águas e ao fim das enchentes, a presença de um mistério que relaciona os eventos a forças sobrenaturais, a narração de fatos pelo que se assemelham, não pelo que são. A figura do animal fantástico traz o gesto de fundação da comunidade, e da relação com os desafios que a inserção nessa paisagem agrega, com “ritmos cósmicos de morte e renascimento”.

Em resumo, o texto fornece uma visão abrangente e perspicaz das complexidades da ocupação das ilhas urbanas no Delta do Jacuí. Aborda questões sociais, econômicas e políticas, destacando os desafios enfrentados pelas comunidades locais e a importância de buscar soluções que promovam simultaneamente a preservação ambiental e a qualidade de vida. A leitura leva a pensar sobre questões urbanas e ambientais no contexto brasileiro, bem como a refletir sobre os dilemas que as populações que habitam essas ilhas únicas enfrentam em um cenário de crescente urbanização e preocupações ambientais.

Capítulo 4

Anos de pedra: etnografia de um camelódromo. p. 96-122. Autora do capítulo Rosana Pinheiro Machado. Autora da resenha Laíse Rosales Munhoz.

A autora inicia o texto fazendo uma contextualização sobre a presença de ambulantes nas áreas centrais das grandes cidades brasileiras, e como essa presença compõem a paisagem urbana, para depois introduzir o seu objetivo, que é estudar o fenômeno do comércio informal na cidade de Porto Alegre, através de uma pesquisa etnográfica de rua. A partir dessa realidade, a autora explora os diferentes elementos que compõem essa prática comercial, que também são motivos de controvérsias e debates, que despertam sentimentos, tanto de repúdio quanto de simpatia, incluindo a associação dos camelôs com sujeira, criminalidade e desordem, mas também de

desburocratização e acesso a produtos da moda, que por serem falsificados, podem ser adquiridos por um preço menor.

É destaque no texto, ainda, as inúmeras iniciativas que propuseram a retirada de ambulantes das ruas de Porto Alegre, a fim de “limpar” o centro da cidade, e cita alguns trabalhos que estudaram o tema (cf. Borba, 1993; Franco, 1998; Monteiro, 1992, 1995; Pesavento, 1991, 1992). É necessário também esclarecer que a pesquisa foi realizada em um momento anterior à construção de um empreendimento que buscava retirar os ambulantes da rua e levá-los para um centro comercial, que viria a se chamar Shopping do Porto, uma parceria público-privada, inaugurada em 2009. Também é importante ressaltar que essa iniciativa não acabou com o comércio informal no centro da cidade, mas que causou mudanças significativas.

A autora realizou sua pesquisa entre os anos de 1999 a 2004, utilizando o método da observação contínua entre os vendedores de rua de Porto Alegre, inspirada no trabalho desenvolvido por Eckert e Rocha (2002), que destacam a exigência de técnicas e reflexões singulares para realizar uma etnografia de rua. Este enfoque metodológico reconhece a singularidade da pesquisa em ambientes urbanos, demandando do pesquisador uma profunda reflexão ética e de posicionamento físico. Assim, o pesquisador que busca compreender verdadeiramente uma cidade deve imergir nas ruas e, ao fazê-lo, deve considerar sua própria presença na paisagem urbana. Isso significa que a pesquisa não se limita a coletar informações sobre os habitantes locais e interagir com eles; vai além, incentivando o pesquisador a refletir sobre sua própria experiência em relação àqueles que compartilham o mesmo espaço.

Essa abordagem metodológica ampliada oferece uma perspectiva mais rica e complexa sobre a pesquisa urbana, destacando a importância não apenas de observar, mas também de se “autorreflexionar”, reconhecendo a interconexão entre o pesquisador e o ambiente que está sendo estudado. Além disso, a pesquisa exigiu da pesquisadora que ela realizasse negociações no campo, para conquistar a confiança dos seus interlocutores, muitas vezes ajudando nos negócios, participando ativamente da pesquisa, e não apenas observando, o que permitiu com que a autora se aproximasse das pessoas com quem estava trabalhando, adquirindo uma compreensão maior do ofício sobre a pedra - termo êmico utilizado para se referir ao ofício de rua.

O trabalho realizado pela autora, aponta que um mercado não se limita apenas a interesses, cálculos e valores, mas também é um universo simbólico onde circulam

bens, pessoas e informações. O texto descreve as características essenciais dos mercados, incluindo o espaço físico público que promove a sociabilidade, os polos de vendedores e consumidores, a interação e negociação entre eles, e a transformação de bens em símbolos de valor em determinados contextos. Além disso, a autora busca no conceito de "economia de bazar" descrito por Geertz em sua etnografia no Marrocos, uma similitude com os camelódromos na cidade de Porto Alegre, como um exemplo singular de expressão mercantil. Esse circuito mercantil se baseia em interações pessoais de face a face entre compradores e vendedores, destacando a habilidade do comerciante em persuadir o consumidor e a prática comum da barganha e do marketing, para conquistar o freguês. Esse tipo de negociação, qual seja o da barganha, é vista como mais do que uma transação pragmática, sendo permeada por regras de etiqueta, tradição e expectativas morais. O valor monetário é determinado por meio de uma interação profunda, com foco na busca por informações e não apenas no preço.

A pesquisa também foi permeada por sons e cheiros que circulam intensamente no camelódromo de Porto Alegre, estes, são dados essenciais em uma proposta de pesquisa etnográfica de rua e não apenas “na rua”. Músicas, anúncios, cheiros de comida e de urina nas proximidades, compõem a pesquisa sobre o camelódromo da Praça XV na cidade de Porto Alegre. Durante a pesquisa, a autora acompanhou também as transformações no camelódromo, assim como a prática de narrar e renarrar histórias trágicas que ocorreram entre os camelôs, revelando que contar episódios trágicos era uma forma de exaltar a dor e o sofrimento, que se tornaram elementos simbólicos fundamentais na construção de uma identidade heroica de grupo. Essas histórias servem para enaltecer a resiliência e a identidade dos comerciantes, que enfrentam adversidades climáticas, biológicas e financeiras, e do avanço das políticas de higienização do centro que procuravam retirá-los da rua.

A fofoca e a jocosidade também são instrumentos narrativos que apareceram com frequência nas narrativas dos camelôs. Deste modo, a autora reproduz conversas e histórias narradas pelos camelôs, enfatizando como o humor e a fofoca desempenham um papel significativo na vida dos camelôs, servindo como mecanismos de enfrentamento das dificuldades cotidianas e como formas de resistência às normas sociais predominantes. No mesmo sentido de Fonseca (1996) a autora afirma que esses elementos simbólicos não apenas moldam as identidades dos camelôs, mas também

refletem a capacidade humana de encontrar criatividade e resistência em meio às adversidades.

O texto ainda destaca a relevância do dinheiro, entendido pela autora como um tipo de linguagem, assim que, um dia bom era um dia que tinha entrado bastante dinheiro, e o contrário também era verdadeiro. Todas as relações eram comercializadas através e na volta do dinheiro. O dinheiro era a linguagem universal, um símbolo entendido por todos, e através do dinheiro que os camelôs classificavam o mundo, atribuíam sentido às coisas e mediavam as suas relações. A autora aborda também a importância da barganha como forma de negociação, que é comum em mercados do mundo, e também está presente nos camelódromos de Porto Alegre. Além disso, o conceito de garantia e honra estavam presentes nessa relação de barganha, onde é necessário estabelecer uma relação de confiança e “credibilidade” para poder ser parte nessas negociações, que substituem os contratos formais. Essa informalidade, apontada pela autora, contudo, não impede que as pessoas deixem de comprar na rua, pelo contrário, isso seria um ato de resistência contra a burocratização e individualização do comércio.

As complexas relações sociais que permeiam o ambiente dos camelôs, são chamadas pela a autora de “microrredes”, que operam por meio da dádiva, conceito emprestado de Mauss. Essas “microrredes” consistem em pequenos grupos de pessoas, geralmente vizinhas umas das outras de barraca nos camelôs, que se unem com base na afinidade e confiança mútua. A reciprocidade desempenha um papel crucial nesses grupos, já que qualquer falha nesse sistema pode prejudicar os vendedores, que dependem uns dos outros para realizar tarefas básicas, como alimentação, idas ao banheiro e descanso, que são as principais reclamações por parte dos trabalhadores do camelô. O ambiente competitivo do camelódromo, onde cada venda é essencial, contudo, nem sempre permite espaço para a amizade. Os camelôs estão dispostos a fazer o que for necessário para realizar uma venda, mesmo que isso signifique “passar por cima” de um colega. No entanto, esse individualismo não se estende às microrredes, onde a solidariedade e a troca de pequenos favores são comuns e ocorrem em um curto espaço de tempo, exigindo respostas imediatas.

Por meio da pesquisa realizada pela autora, é possível compreender não apenas as relações entre os camelôs e os clientes, mas também as complexas interações sociais entre os próprios vendedores. Essas interações são descritas como “microrredes”,

pequenos grupos de camelôs que se unem com base na afinidade e confiança mútua, facilitando a reciprocidade nas tarefas do dia a dia. O texto também aborda a influência do dinheiro como uma linguagem universal que atravessa todas as relações entre os ambulantes, e a importância da barganha como forma de negociação, baseada na confiança e na honra. Além disso, a autora destaca o papel do humor, da fofoca e da narrativa de histórias trágicas como mecanismos de enfrentamento das dificuldades cotidianas e formas de resistência às normas sociais predominantes. Em última análise, o texto oferece uma visão abrangente das complexas relações sociais no contexto do comércio informal no camelódromo da Prala XV na cidade de Porto Alegre.

Capítulo 5

Beco, rua, avenida: Sociabilidades e redes de vizinhança em um lugar de acolhimento. p. 123-146. Autor do capítulo Olavo Marques Ramalho. Autora da resenha Bárbara Armange.

O texto conta sobre o trabalho etnográfico do autor com os moradores da Avenida Luís Guaranha nos anos de 2004-2007. A avenida a que se refere, é um beco sem saída, mas reconhecida pelos moradores como um dos últimos traçados restantes da área ocupada antigamente no Areal da Baronesa. No decorrer do artigo, busca-se compreender a partir das experiências cotidianas da Avenida Luís Guaranha as formas de reconstrução contínua daquele espaço relacionadas ao devir das vidas de seus habitantes, bem como refletir e compreender a estética da comunidade e suas formas de territorialidade através de um movimento de desvendar as camadas de tempo presentes no seu modo de vida.

O grupo é composto por pessoas majoritariamente pobres e em grande parte afrodescendentes. Essa população se encontra num momento de reconstrução de suas identidades, ou seja, há uma realidade permeada pelo resgate de histórias, imagens e memória coletiva do passado dessa região. O contexto em que isso se dá está associado a processos de renovação urbana, marginalização e segregação espacial. A utilização de recursos audiovisuais, a produção de imagens sobre o grupo faz emergir uma forma de participação na construção da memória coletiva.

Foi observado que a rua é o espaço público onde se negocia a vida coletiva e se constroem as redes de vizinhança e solidariedade, é ela que une os domínios privados e públicos, sendo o lugar onde o ser sai do exílio interior para participar da vida social, é

ali onde está o centro das descobertas. Ainda sobre a rua, ela se é colocada como um ambiente de deslocamento e, ao mesmo tempo, permanência. Nesse sentido, o autor refere o deslocamento à uma instância da vida nas cidades que é privilegiada nas cidades modernas, mais do que a permanência. No entanto, na rua analisada, isso se subverte, sendo um ambiente de intensa vida social e permanência: as pessoas trocam, conversam e criam um sentido de estar na rua.

Em termos de ocupação, a arquitetura se desdobra em casas sem pátio, numa ocupação densa, sem recuos onde as construções são consideradas informais e se localizam nos interstícios dos lotes em função de necessidades familiares ou financeiras. Ainda assim, o autor alerta para a permanência do jardim, mesmo com a densificação da ocupação do solo. Sobre isso, o autor constata que a rua vira.

Sobre o cotidiano, é dele que emergem as pequenas transformações que demonstram que a Luís Guaranha é um cenário em contínua reconstrução e costurado pelos conflitos entre vizinhos. É a partir destas práticas do espaço, que são embebidas pela criatividade da vida cotidiana, e raramente seguem as normas projetadas pelo planejamento urbano, que a Avenida se apresenta como um exemplo que foge da noção de cidade moderna.

Em relação ao papel do antropólogo e sua inserção no ambiente a ser vivido, o que guia o estudo é o intuito de restituir as experiências sensíveis, fazer um mergulho na vida do outro de forma descritiva, onde o corpo tem grande importância. Portanto, o antropólogo deve ser colocado em perspectiva como objeto de sua própria investigação, sendo o corpo uma figura metodológica importante à medida que ele é a unidade através da qual o ser humano está no mundo, sendo ele um corpo vivido, assim como o espaço também é considerado como espaço vivido.

O autor encerra observando que, ao mesmo tempo que vivemos a cidade, ela também vive em nós e, sendo ela múltipla e fragmentada, são também as muitas formas de perceber e ocupar seus territórios, ou seja, o grupo social molda o espaço à sua própria imagem. E alerta que o envolvimento que demanda um estudo etnográfico significa levar verdadeiramente a sério o pensamento do nativo e estar disposto a aprender com ele, sem decodificar ou traduzir sua forma de pensamento.

Capítulo 5

Beco, Rua, Avenida: Sociabilidade e redes de vizinhança em um lugar de acolhimento. p. 123-146. Autor do capítulo Olavo Ramalho Marques. Autores da resenha Victória Mello Fernandes, Marcelo Regius Gomes Bastos.

O capítulo intitulado “Beco, Rua, Avenida: Sociabilidade e redes de vizinhança em um lugar de acolhimento” (Marques, 2013) tem a intenção de imergir nas redes de sociabilidades e de vizinhança que emergem a partir e através do espaço-tempo da rua. O autor se baseia na chamada etnografia de rua, ou seja, a rua, a avenida, o beco como *locus* privilegiado de observação das relações e dos fenômenos sociais. Desde sua convivência com os interlocutores, vivenciou o espaço em que a vida em vizinhança é experienciada e performada, com o objetivo de desvendar camadas espaciais e temporais que atravessam os presentes, voltando sua atenção às minúcias da vida da população; aos tempos outros se descortinam em conversas cotidianas, às longas narrativas, às canções, aos gestos, aos hábitos corporais, às materialidades e às imaterialidades que conformam a Avenida Guaranha.

A etnografia de rua é uma implicação do pesquisador por meio da escolha pela observação sistemática da conceituada Avenida Luís Guaranha, território ao qual o autor procurou ambientar-se e familiarizar-se ao ponto de conhecer o usual, reconhecer o imprevisto, as situações de conflito e tensão, os códigos implícitos, as situações passadas. A pesquisa seguiu as formas de ocupação do espaço pelo grupo, as relações desenvolvidas entre os subgrupos, as formações de redes de amizade, bem como de parentesco e compadrio, o que o autor descreveu concomitantemente como suas experiências no cenário cambiante e complexo da Luís Guaranha.

O conceito nativo que intitula o logradouro como Avenida pode ser considerado desconectado dos padrões urbanísticos, entretanto, trata-se de uma categoria sócio-histórica da constituição do território compartilhado. É um conjunto de pequenas casas de aluguel barato - quando comparado aos preços da região central de Porto Alegre -, geralmente composta por quarto e sala, ou, algumas vezes, uma única peça, com espaços de uso comum, em ruas que ocupam os miolos das quadras, habitadas principalmente por pessoas negras e/ou quilombolas e economicamente pobres.

A compreensão da dinâmica que se desenrola no território se dá pela tradução a uma análise, a qual implica o sensível e intenso envolvimento intersubjetivo, que evidencia a sempre existente relação política de representação da alteridade. Para além

da “coleta de dados e informações”, marca-se a constante produção do conhecimento a partir das relações estabelecidas, uma vez que estar em campo permite compartilhar experiências entre sujeitos envolvidos, nesse caso, na Avenida Guaranha. Para isso, em um determinado espaço-tempo, o autor viveu junto aos atores, ao espaço da avenida, em reuniões, festas, entre outros eventos cotidianos ou não - imbricando-se nas sociabilidades que se desenrolam nesse cenário.

Os espaços da rua, as calçadas e seus cordões, as soleiras das portas, as entradas e pequenos corredores de becos que levam as casas dos fundos informam as formas de “relações primárias” (Park, 1973) estabelecidas e demarcam as sociabilidades face a face. Esse espaço público é palco em que micro eventos se realizam, como conversas de pequenos grupos nas calçadas, normalmente sentados em bancos e cadeiras; reuniões de jovens na entrada da avenida, sentados nas sarjetas, encostados em postes ou muros; o simples perambular de crianças pela rua para brincar, correr, andar de bicicleta, rabiscar a rua com pedaços de tijolo ou jogando amarelinha, criando e recriando brincadeiras, conversas e trocas, criando o cotidiano que aglutinam os moradores.

As trocas de experiências são elementos centrais nas sociabilidades entre vizinhos, evidenciado, por exemplo, em jogos de futebol, quando os vizinhos se reúnem para ouvir e intercambiam informações sobre os resultados das partidas. Para o autor, isso ilustra a comunicação entre essa rede como formadora de relações de uma malha estreita (Bott, 1957), na qual grande parte das pessoas se conhece e interage entre si.

Na Avenida, há poucas casas com pátios, o que desloca esse “fora- dentro” dos moradores para um espaço intermediário entre casa e rua, nem privado, nem público, em inúmeras ocasiões e mesmo no decorrer do dia a dia, se dá através de uma inversão simbólica (Nelson e Vogel, 1981), por meio de usos do espaço público, em que a rua é, também, casa. Como bem indicam os autores, o processo inverso também ocorre, em que os espaços privados são públicos.

A partir das conversas de rua, são repassadas informações recentes e, entre elas, revividas memórias, acontecimentos anteriores, lembranças de antigas histórias, as quais emergem com frequência entre um assunto e outro. Dessa forma, aflui o inter fabulatório da memória (Eckert e Rocha, 2005), como no caso de Maria e Gessi, que sentadas no pátio relembra as decepções em seus casamentos, e intercalam gargalhadas de situações de tempos passados que as fizeram sofrer. Essa percepção entre presente-passado, é possível ao atentar-se, também, às feições temporais do

entorno, em que emergem pequenas transformações cotidianas, tornando a Avenida Luís Guaranha como um cenário em contínua mudança, assim como os interlocutores.

Ao considerar as transformações e contingências, é possível compreender que o previsto e tecnicamente ordenado pelos órgãos públicos, nem sempre se realiza no cotidiano das avenidas, das ruas, dos becos, das vizinhanças das socialidades e das vidas. Nesse sentido, conflui para o que Certeau (1994) propõe como espaço embebido e fruto da criatividade dispersa na vida diária, que quase nunca segue normas projetadas pelo planejador urbano.

Esse espaço-tempo destacado pelo estudo de Marques nos aponta, também, para os pontos de resistência ao que Park (1973) apontava como a tendência à superficialidade nas relações em meio urbano, lançando atenção às áreas das cidades em que se tende a intensificar a solidariedade dos grupos locais. Junto a isso, a Avenida pode ser considerada um espaço-tempo de sociabilidades quentes (Simmel, 1979), em que as relações têm temperatura determinada pela natureza total de seus elementos constituintes.

A experiência etnográfica de rua, transforma Olavo Marques Ramalho para além de um pesquisador ou visitante não implicado, constituindo-o no permanente devir na experiência de vida entre as pessoas da Avenida. Suas relações com os moradores da Avenida Luís Guaranha são mediadas por imagens de múltiplos atores, estruturas e infraestruturas móveis e em transformação, como as identidades do grupo. Dessa forma não apenas a escrita vem traduzir os modos de vida, os cotidianos, os cenários e os personagens, mas também a fotografia e o vídeo, como uma das formas centrais de troca e reciprocidade das relações estabelecidas.

Em conformidade às análises desenvolvidas Rocha (1999), a imagem se estabelece como uma forma, um instrumento de produção de conhecimento sobre o mundo, ou seja, um ato reflexivo dos indivíduos. A captura imagética na pesquisa em antropologia urbana tem um papel fundamental ao capturar e representar as complexas transformações que ocorrem nas cidades. Através das lentes da câmera e das imagens fixas ou em movimento, é possível registrar o dinamismo das paisagens em constante transformação, em diferentes escalas e proporções. A pesquisa de Marques, mobiliza a imagem junto a outras formas analíticas para revelar diferentes nuances nas relações sociais, por meio dos gestos, das expressões faciais e das interações espaciais, fundamentais para compreender como as pessoas se apropriam do espaço. Em suma, os

elementos visuais permitem explorar as multiplicidades e as transformações de identidades culturais e de narrativas urbanas, enriquecendo a prática etnográfica de compreensão das complexidades que formam a poética da vida nas cidades contemporâneas.

Referências

- BOTT, E. *Família e rede social*. [S.l.]: Livraria Francisco Alves Editora, 1957.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.
- MARQUES, Olavo Ramalho. Beco, rua, avenida: sociabilidades e redes de vizinhança em um lugar de acolhimento. In: ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornelia. (Org.). *Etnografia de rua: estudos de antropologia urbana*. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, v. 1, p. 123-143.
- PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. *O Fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- ROCHA, A. L. C. Antropologia visual, um convite à exploração de encruzilhadas conceituais. In: ECKERT, C. MONTE MOR, P. *Imagem em Foco, novas perspectivas em antropologia*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 11-25.

Capítulo 6

Mercados de rua e ambiência de fruição estética: estudo de etnografia de rua. p. 147-172. Autoria do capítulo Viviane Vedana. Autoria da resenha Alexsânder Nakaóka Elias.

O texto¹ é fruto de um trabalho sobre formas de sociabilidades e memória coletiva, realizado junto ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), pautado no potente conceito e procedimento de pesquisa denominado “etnografia de rua”. Aqui, Vedana almeja refletir sobre a importância dos mercados para a compreensão dos ritmos

¹ O artigo corresponde a um capítulo da tese “No mercado tem tudo o que a boca come: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo” (Vedana, 2008, PPGAS/UFRGS).

e práticas cotidianas nas/das urbes, por meio da realização de etnografias de rua e sonora, entrevistas e uso de imagens, em especial fotografias.

Ao buscar a “configuração de uma poética urbana”, a autora desenvolve pesquisas junto a mercados e feiras nas cidades de Porto Alegre e São Paulo, no Brasil; e em Paris, na França, espaços geralmente identificados a partir do nome do lugar/bairro que os abriga. Ao observar, documentar e relatar tais eventos, Vedana nos mostra que os mercados se configuram como espaços públicos a partir da transformação de ruas, praças e largos em cenários adaptados para as mais variadas trocas, tanto materiais quanto simbólicas, de atividades cotidianas que sobrevivem apesar do contínuo avanço das grandes redes varejistas. A autora evidencia, portanto, que esses espaços habitados e de convívio contribuem para a elaboração de uma estética urbana peculiar, onde os habitantes negociam a ordenação do espaço entre eles e, também, com o poder público.

O primeiro exemplo relatado refere-se ao Mercado do Largo Zumbi dos Palmares, em Porto Alegre. Ali, todos os sábados pela manhã, ocorrem grandes feiras livres, sendo que o nome “Mercadão” faz jus a sua complexidade, com mais de 100 bancas organizadas nas madrugadas anteriores, “conformando” extensos corredores. Embora se constitua como um espaço retangular delimitado, Vedana nos mostra, por meio de uma descrição etnográfica refinada e com algumas fotografias que poderiam ser mais bem exploradas, que o ambiente é vivido de forma circular, já que a fidelidade das pessoas a determinadas bancas constrói percursos particulares de fruição. A experiência de circulação em seu interior não é, portanto, de um tempo linear e de caminhos retos, levando em conta o momento em que “as esquinas transformam-se em curvas”. O Mercado se caracterizaria, ainda, por ser um espaço habitado por uma multiplicidade de pessoas, que envolvem, além dos feirantes e fregueses, meninos e meninas atrás de bicos ou das sobras, compondo “gestos das táticas do fraco”. A forma circular desse espaço também veicularia um sentimento de intimidade (Durand, 2001), uma “sociabilidade de final de semana, de viver um tempo lento, distendido nos encontros entre vizinhos”.

Outro exemplo etnografado por Vedana foram as Feiras Modelo, que se apresentam como um contexto diferente do Mercado. Dispondo de menor número de bancas, elas acontecem em pequenas ruas de diversos bairros de Porto Alegre, principalmente nos dias de semana, no final das tardes e se estendendo para as noites,

tendo a fiscalização direta da Prefeitura Municipal, fazendo jus ao termo “modelo”. Estas feiras atendem moradores do bairro e pessoas no circuito “trabalho-casa”, com distinções em termos de preços, relações freguês-feirante com menos “jocosidade”, e de ritmicidade, visto que as compras são mais ágeis, realizadas entre a saída do trabalho e a chegada em casa. Ao se constituírem como espaços menores e iluminados somente por algumas lâmpadas internas, Vedana relata uma atmosfera de intimidade ainda maior, em contraponto com as estéticas do “grotesco” e da “abundância” (Bakhtin, 1996) vistas no Mercado.

A partir desses relatos, Vedana acrescenta duas situações etnográficas fora da cidade de Porto Alegre, buscando a construção de “coleções de imagens” dessa prática urbana. Assim, a autora estende seu olhar sobre a estética das feiras livres na cidade de São Paulo², relatando a conformação de um “espaço labiríntico”, com corredores estreitos nos quais a circulação de fregueses torna-se restrita, estabelecendo múltiplas escolhas de caminhos a serem seguidos. Além disso, diferentemente do Mercado e da Feira Modelo, as feiras em São Paulo apresentam uma organização mais rigorosa dos alimentos, temperos e outros materiais em cima das bancas, dando ênfase para “a montagem de formas”, explorando suas cores e texturas e potencializando as qualidades sensoriais. Aqui, as estéticas do grotesco e do excesso também se fazem menos presentes, o que, segundo a autora, nos faz desviar da construção de uma imagem dos mercados como fenômenos relacionados, exclusivamente, a baixos preços e à necessidade de atender camadas mais populares da cidade.

Neste sentido, Vedana realiza pesquisas em Paris/França durante o período do seu estágio de doutorado, encontrando, inicialmente, o *Marché Maubert*. A partir de seu contato com Andromeide, uma feirante brasileira, a autora dá ênfase ao alicerce da disciplina antropológica, o fundamental e fundante “encontro com o Outro”, quando a antropóloga estabelece proximidade com “uma nativa”. Embora não aprofunde as narrativas da sua interlocutora, Vedana mostra, a partir desse convívio, que a Place Maubert, consiste em uma esquina que ocupa os dois lados da rua, na parte turística de Paris, um dos departamentos habitados por uma população de alta renda. Apesar de pequeno, o espaço comporta muitas bancas que, como em São Paulo, também constroem um “espaço labiríntico”, no qual a maior parte dos alimentos é apresentada

² Ao participar da gravação de um documentário com a equipe do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, intitulado “Narradores Urbanos, Antropologia e Etnografia nas cidades Brasileiras” (José Guilherme Magnani, BIEV, 2008”).

em pequenas quantidades, com ordenações de cores e formas, potencializando a beleza dos produtos.

Vedana pesquisa, ainda, outro mercado em Paris, o *Marché de Belleville*, que também expressa as características do espaço urbano que o abriga, sendo de relevância a grande diversidade étnica de seus habitantes, bem como as precárias condições de vida e baixa renda deles. Este *marché* ocupa praticamente toda a extensão do *Boulevard de Belleville*, onde também se encontra ampla gama de produtos em um espaço estreito, formando um corredor para os fregueses circularem, dando uma conformação que se aproxima muito, segundo a autora, da estética do mercadão, composta pela abundância na oferta de produtos.

Contudo, apesar das suas peculiaridades, Vedana nos diz que todos os mercados compartilham alguns aspectos da ambiência de “fruição estética” relacionados aos simbolismos da circulação do alimento. Ainda, comungam das sonoridades dos anúncios de produtos, das conversas ao “pé da banca”, dos carrinhos e sacolas de feira, além dos cheiros e cores dos alimentos. É importante enfatizar, portanto, que a autora não estabelece uma dicotomia entre estes mercados de rua, mas “feições diferentes”, propondo que alguns conjuntos de imagens se sobrepõem a outros no interior da experiência urbana, o que Durand (2001) chamou de “polissemia das imagens”, enfatizando a “duração” (Bachelard, 1988) dessas práticas, formas peculiares de viver a cidade e de estabelecer laços.

Capítulo 7

A poética do vivido: uma etnografia do cotidiano na cidade baixa, Porto Alegre/RS. p. 173-194. Autor do capítulo Flávio Leonel da Silveira. Autor da resenha Matheus Henrique Dias da Silva

O trabalho de Flávio Leonel Abreu de Silveira nos proporciona, entre outras coisas, um mergulho a vida ordinária exposto, a partir do cotidiano de uma pequena padaria situada no Bairro Cidade Baixa (Porto Alegre/RS). Sentado em uma das mesas observando, mas também interagindo com as funcionárias, clientes e proprietários do estabelecimento, o autor constrói um relato em frames (fissuras intertextuais) da vida cotidiana. Afinal de contas, até o mais banal de nossos trajetos diários, são produzidos de forma relacional mesmo em espaços citadinos.

O autor ressalta a polissemia da Cidade Baixa que se dá pela interação dos diversos grupos sociais que ali convivem e tecem relações sociais e de sociabilidade. Desse modo, o trabalho do etnógrafo no que chamaríamos de Etnografia de Rua é sistematizar e organizar o que olhares desavisados nomeariam como caótico.

Silveira é morador do bairro, ou seja, integra a paisagem local; por este motivo busca deslocar o olhar para ser capaz de "estranhar o familiar" ocasionando o distanciamento necessário exigido pelo trabalho antropológico e assim mergulhar na "poética" do cotidiano. De certo modo, a escrita do autor e as escolhas estilísticas utilizadas para compor o texto dão o tom da beleza do ordinário na vida cotidiana: interlocutores que na primeira aparição no texto não tem nomes, marcados por alguma característica física ou comportamental, são nomeadas algumas páginas depois; as funcionárias da padaria que no decorrer da etnografia passam a enxergar o pesquisador como parte da rotina do lugar.

Embora o texto apresente uma aposta "poética", a sensação que tive lendo os relatos é que além de criar certo tipo de vínculo com os interlocutores, se trata muitas vezes de um diário de campo. As impressões que o autor tem das pessoas que frequentam a padaria são expressas de maneira direta no decorrer do artigo, assim como a reflexividade de estar ali observando o que se sucede no espaço. Observações sobre as pessoas se misturam com as reflexões sobre o ambiente e os produtos ali vendidos.

Ao fim e ao cabo Silveira nos mostra a singularidade daquele espaço a partir da cotidianidade comum e quase banal. A partir do envolvimento com as pessoas e o lugar, uma espécie de afetuosidade vai sendo exposta nas páginas do texto e nos pequenos recortes etnográficos que o compõem. O antropólogo sendo incorporado ao local e participando da produção de teias de significado, não como observador distanciado, mas sim como ator social no teatro da vida cotidiana.

Capítulo 8

Transformação e permanência do Espaço: Formas de ocupação e sociabilidades em um trecho da Rua 24 de Maio, Porto Alegre/RS. p. 195-218. Autora do capítulo Luciana de Mello. Autora da resenha Isabella Khauam Maricatto; Flávia Rieth.

O artigo registra uma Etnografia de Rua realizada por Luciana de Mello na escadaria da Rua 24 de Maio, passagem que conecta a Cidade Baixa e o Centro da

cidade de Porto Alegre. As edificações de diferentes temporalidades, dispostas como elementos na paisagem construídos sobre o traçado antigo da cidade, em lotes estreitos e profundos, configuram os prédios com interiores labirínticos. A ausência de recuos frontais e laterais, bem como a inexistência de espaços sociais nesses prédios, sugere uma aproximação da casa com a rua (Da Matta, 1997), possibilitando a interação entre os moradores e os passantes.

De acordo com a autora, essa proposta de sociabilidade presente na escadaria como espaço público, se distingue da proposição de cidade moderna, em que a concentração residencial se dispõe em bairros mais distantes do centro histórico com os espaços de lazer bem delineados. No campo do planejamento urbano, cita Célia Gonsales (2004) para explicitar que os espaços planejados tendem a reduzir a interação entre vizinhos e passantes, ao considerar a forma do espaço não como definidora, mas influente nas interações e relações humanas estabelecidas na rua, o lugar do coletivo.

Nesse sentido, reconhece que a atmosfera nostálgica das edificações antigas, propicia uma estética que prioriza as “relações primárias”, de proximidade, em detrimento das “relações secundárias”, de impessoalidade, característica existente nas grandes cidades, para tanto, se apoia no sociólogo Robert Park (apud Velho, 1973, p. 46). A complementaridade do universo de casa se encontra na rua, conforme o antropólogo Da Matta, “a rua é o espaço destinado às aventuras e aos conflitos, que em nosso espaço privado – a casa – não devem ocorrer, sendo este destinado a abrigar harmonia e tradição” (1997, p. 24-27). Os valores simbólicos instituídos entre a casa e a rua, são marcadas pelo conteúdo existencial, formas de identidade e de memória. As paisagens, sistema material, de acordo com Milton Santos, não dizem respeito à finalização desses aspectos, mas a sua transformação (1986).

No caso da Rua 24, a presença de postes de luz de estilos diferentes, por exemplo, é indicativa de diferentes intervenções naquele espaço por parte da gestão municipal no histórico de suas administrações. Situação que marcou esta Etnografia de Rua, pois estava em curso uma reforma, que se insere no projeto “Revitalização do Centro” da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a qual proporcionou a remodelação dos degraus e corrimão da escadaria. Tal reforma se afirmou contraditória para os moradores, que alegaram descaracterização do lugar e criticaram a obra, incluindo reivindicações voltadas à segurança do local.

Por intermédio da Etnografia de Rua foram repertoriados os diferentes usos exercidos pelos moradores e transeuntes que vivem a escadaria, assim como o modo que o lugar se relaciona com Porto Alegre, recompondo as diferentes camadas de tempo existentes. A apreensão da paisagem da escadaria em seus diversos ritmos cotidianos, através de sua ambiência sonora e imagética, abrangeu a reflexão sobre as dinâmicas de transformação e permanência do espaço urbano. A observação participante registrada nos diários de campo, somou-se às entrevistas com os habitantes do lugar, bem como aos relatos de antigos cronistas de Porto Alegre e as fotografias de distintas épocas.

Em “Uma rua com degraus”, a autora apresenta a Rua a partir do olhar de Rio-pardense de Macedo (1999) e Coruja (Coruja apud Franco, 1996), cronistas porto-alegrenses que narram as distintas designações da Rua 24 de Maio, desde 1780, quando a Rua surge como atalho e é denominada de Beco da Fonte, por conectar a parte alta de Porto Alegre a uma das fontes da cidade. Ao longo dos anos, a rua passou também a ser conhecida como Beco do Jacques e, posteriormente, foi nomeada como Rua Bento Gonçalves.

Histórias e estórias sobre a Rua 24 de Maio são contadas através de seus moradores, “Quem é da escadaria?": Seu Luís, Dona Marlete, Dona Vanda, Luís, Lelé e Horácio. O cruzamento das narrativas indica a imensidão interior, proposta pelo filósofo fenomenológico Gaston Bachelard (1993). O quintal de Seu Luís, por exemplo, é descrito como “o seu cantinho”, o seu lugar de intimidade. Lugar é definido como “espaço reduzido onde gostamos de encolher-nos, de recolher-nos em nós mesmos” e, de acordo com Bachelard, “colocam o sonhador fora do mundo próximo” (1993, p. 145 e 189). Os lugares evocam as paisagens da alma. Para o filósofo Simmel (1996), os estados da alma são também lugares de abertura para outros mundos sem haver a necessidade deslocamento físico, esses lugares são paisagens interiores e que foram “possivelmente visitadas por Seu Luís através do quintal” (p. 203). O diálogo entre as paisagens interiores e exteriores indicam a conexão e aproximação entre a casa e a rua. A paisagem da escadaria, para a etnógrafa, se compõe pelas distintas percepções sobre a declividade, o quintal, os cachorros, o barulho, aspectos que conduzem a autora através de uma “psicologia direta”, e configuram as impressões de intimidade do lugar (p. 214).

As narrativas e a paisagem da rua ilustram uma dialética do interior e exterior e trazem personagens com costumes, tradições, sentimentos e atitudes herdados de “uma comunidade urbana que se cruzam no tempo e no espaço local e na memória da cidade,

transformando- a, por isso mesmo, em um “produto da natureza humana”” (Park apud Velho 1973, p. 28).

A reflexão das trajetórias sociais dos moradores da Rua 24 de Maio se insere na complexidade das trocas sociais estabelecidas em uma grande metrópole, os laços sociais entendidos em uma escala reduzida através dos laços de vizinhança. O termo comunidade, de Louis Wirth, é sugerido como “fruto das relações simbióticas ali existentes” (p. 215).

Ao final, a autora destaca que, na maior parte das interações com os entrevistados, houve uma rápida transição do espaço de sociabilização, a Rua 24, para o interior das residências, casas ou apartamentos. Também se questiona sobre o potencial dessa alternância de espaço - rua e casa - em bairros e condomínios planejados, nos quais as fronteiras entre o portão e a rua são bem delimitadas e estão constantemente sob a vigilância do porteiro. Portanto, a proximidade entre a casa e a rua na escadaria da 24 de maio, suscita “a troca social entre os moradores locais, da redondeza e dos passantes.” (p. 218).

Referências

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CORUJA, A. Á. P. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Organização e notas de Sérgio da Costa Franco. 2. ed. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1996.

DA MATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GONSALES, C. H. C. Cidade moderna sobre cidade tradicional: conflitos e potencialidades, <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto146.asp>. Acesso março 2004.

MACEDO, F. R. *História de Porto Alegre*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

PARK, R. E. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: VELHO, O. G. *O Fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986

SIMMEL, G. *A filosofia da paisagem*. Política e trabalho, João Pessoa, n. 12, p. 15- 24, setembro 1996.

Capítulo 9

Etnografia da e na Rua da Praia: cotidiano, memória e formas de sociabilidade no centro urbano porto-alegrense. p. 219-230. Autora do capítulo Thaís Cunegatto. Autoras da resenha Isabella Khauam Maricatto: Flávia Rieth.

Thaís Canegatto realiza uma etnografia de rua na Rua da Praia, atual Rua dos Andradas, no centro de Porto Alegre. Outrora a Rua da Praia foi o primeiro espaço público e popular da cidade, via a partir da qual Porto Alegre se expandiu. Na atualidade, caracteriza-se como um lugar de “efervescência urbana, de fluxo contínuo de pessoas e comércio intenso tanto formal quanto informal.” (p. 219)

A Rua da Praia é marcada pela coexistência do novo com o antigo em suas edificações. Constitui-se como um centro histórico da cidade em que o poder público atua no sentido da preservação o patrimônio edificado. Neste lugar, os conflitos urbanos se delineiam diante das relações entre espaço edificado e espaço vivido diante de projetos de revitalização.

Observando as diferentes narrativas e a produção de imagens dos múltiplos atores sociais sobre o lugar, a autora busca problematizar, no tempo, as relações entre o vivido e o lembrado. Neste sentido, remete a Da Matta para pensar os espaços da casa e da rua, em uma relação complementar de oposição “a rua tem seus espaços de moradia e/ou de ocupação, e a casa também tem seus espaços arruados” (p. 220).

Por intermédio da etnografia de rua, da observação das práticas cotidianas, das sociabilidades urbanas efêmeras entre habitués e transeuntes que se cruzam neste espaço público, de conversas informais com estes atores sociais e uso de fotografia, busca-se produzir imagens entre as distintas esferas de significação e pertencimentos: como morada, passagem, trabalho e patrimônio.

A autora atenta para a multiplicidade e descontinuidades entre domínios e províncias de significados que permitem pensar processos de metamorfoses ainda que

os habitués deste espaço sejam majoritariamente grupos heterogêneos de classes populares.

Um outro ator é o Estado, presente através do Projeto Monumenta, que visa a recuperação patrimonial do centro histórico, revitalizando edificações também na intenção de revitalizar as práticas sociais.

A Rua da Praia, na voz dos cronistas do início do século XX, se qualificava como um espaço de distinção, frequentado pela elite e intelectualidade local. O cenário se modifica e hoje, o centro histórico é percebido pela degradação das edificações e das práticas sociais, o que gera desconforto nos habitués de classe média, moradores de Porto Alegre.

Conforme a autora, este centro urbano porto-alegrense se constitui pela polifonia de narrativas: de ambulantes comercializando seus produtos nas calçadas, de compradores e vendedores do comércio formalizado de lojas, de turistas “locais”, moradores de outros bairros da cidade, e de turistas estrangeiros que buscam conhecer os caminhos do centro como um espaço público comercial. Aqui, salienta-se a narrativa dos habitués da Praça da Alfandega, situada na parte central da rua, são jogadores de dama, engraxates, prostitutas, homens e mulheres de diferentes gerações que estabelecem relações de reciprocidade entre os diversos grupos, em que a praça se faz morada. Aqui, “o tempo da casa (conforme Da Matta) é um tempo cíclico que se reproduz todas as vezes que alguém deixa a casa ou entra em casa” (p. 226), diferente da temporalidade linear, histórica e impessoal da rua.

Por fim, narrar a cidade vivida pela antropóloga, observar o familiar, é caracterizado como um ato político “ao narrar tensões de classe, estilos de vida e apropriações do espaço público” como os da Rua da Praia, onde atuam conflitos de classe, gênero, geração, sexualidade nos diferentes tempos na/da cidade.

Capítulo 10

Etnografia na Rodoviária: fluxos e trajetórias sociais em um espaço cosmopolita. p. 231-243. Autora do capítulo: Fernanda Rechenberg. Autora da resenha: Jaqueline Ferreira.

Fernanda Rechenberg apresenta aqui uma etnografia de um espaço de deslocamento e de intersecção entre diferentes cidades, estados e regiões, a rodoviária.

O artigo é um produto de pesquisa situada no Navisual (Núcleo Antropologia Visual) e no projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais da linha de pesquisa da Antropologia visual e da imagem do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS e, seguindo a perspectiva das fundadoras do mesmo, Cornelia Esckert e Ana Luiza Carvalho de Rocha, o espaço da rodoviária é compreendido não como um espaço fixo e determinado, mas como um espaço citadino de fluxos da vida cotidiana tendo as imagens como integrantes dessa noção.

A autora o compreende como um espaço cosmopolita à luz de Gustavo Lins Ribeiro, Ulf Hannerz e Marshal Sahlins, mas ela relativa o conceito compreendo-o como um “estado mental de abertura à cultura do outro”. Nesse sentido a noção de cultura que ela integra é a partir da ideia de deslocamento entre migrações e viagens em que há relações sociais interagindo em amplas redes e em constante movimento. Dessa forma, o espaço da rodoviária é revelado como um espaço de encontro de trajetórias e diferentes culturas em que há uma incorporação das diferenças dada a convivência. Há uma similaridade aqui com o que Marc Augé apresentou sobre o metrô parisiense: um espaço de passagem, mas também como uma metáfora da vida social e individual com suas várias direções, intersecções, mudanças e linhas de vida.

A partir daí a autora nos brinda com vários conceitos de autores significativos para a Antropologia e mais especificamente no campo da Antropologia Urbana. Por exemplo, Cornelia Eckert, Ana Luiza Carvalho de Rocha, Gilberto Velho, James Clifford, George Simmel. Marshal Sahlins, Gustavo Lins Ribeiro e Ulf Hannerz.

A noção de sociedades complexas apropriadas de Gilberto Velho pela autora é fundamental pois traduz a ideia de heterogeneidade cultural em que várias tradições étnicas, religiosas, laborais interagindo. Integra-se aqui os conceitos de projeto e de campo de possibilidades do mesmo autor que são bem representadas nas narrativas dos seus interlocutores que migram das cidades do interior para a capital em busca de ascensão social. Fica evidente nesses relatos que nessa migração para driblar a pobreza acontece a violência e a decepção com a grande cidade, mas também os encontros, a rede de apoio e a solidariedade. Por outro lado, nesse movimento de idas e vindas, a própria rodoviária apresenta uma oportunidade de sobrevivência como espaço de trabalho. À exemplo da migração de paraibanos, em que vários membros da mesma família e de diferentes gerações vem ao Rio de Janeiro para ocupar a posição de porteiros de prédios (Motta, 2018), não é raro encontrar histórias em que a rodoviária

oportuniza a migração de membros da mesma família que vem à Porto Alegre para ali trabalhar. Assim, a rodoviária representa ao mesmo tempo a entrada, mas ao mesmo tempo a estabilização e permanência na capital contando com uma rede familiar de apoio.

No entanto, a permanência na capital não significa a ruptura com o local de origem e a autora nos apresenta como os seus interlocutores são capazes de habitar o local de origem e o lugar de morada como mundos complementares integrando uma totalidade sociocultural. Nessa perspectiva as dicotomias rural/urbano, moderno/tradicional torna-se controversa na medida em que são compartilhados valores, sistemas econômicos e sociais. Essa ideia permite à autora retomar a ideia de cosmopolitismo ao final do artigo. Colocando em pauta a problematização de Gustavo Lins Ribeiro e Unf Hannerz sobre o fato do cosmopolita pertencer a uma classe específica (a da elite) ou não, Fernanda Rechenberg nos apresenta como seus interlocutores revelam sentimentos múltiplos de pertencimento relativos ao lugar de origem e ao lugar de morada mostrando que o cosmopolitismo pode e deve ser relativizado.

As fotos apresentadas no artigo, integram o corpo analítico na medida em que contemplam a noção de fluxo e diversidade cultural com imagens representativas de chegadas, partidas, esperas, circulações e ocupações por diferentes indivíduos e diferentes classes, gênero e gerações.

Referências

AUGE, Marc. *Un ethnologue dans le metro*. Paris, Hachete, 1986.

MOTTA, Aydano André. *Da minha porta, vejo o mundo*. Rio de Janeiro, Ed. Letras & Sons, 2018.

Capítulo 11

Primeiros passos na “Vila do IAPI”: introdução a um estudo etnográfico das práticas cotidianas de um bairro de Porto Alegre. p. 244- 258. Autor do capítulo Rafael Derois dos Santos. Autora da resenha de Fabíola de Carvalho Leite Peres.

“Um olhar que se propunha distante e distanciado, de quem tenta romper a familiaridade com seu objeto-espaco de estudo para criar as condições de seu conhecimento, um processo de atenção epistemológica como condição para o fazer antropológico quando o próprio pesquisador faz parte do fenômeno investigado”.

É partir desta premissa que inspirado no autor a Gilberto Velho (1987), que Rafael Derois dos Santos conduz a pesquisa que origina o artigo, realizada em Porto Alegre, na Vila do IAPI.

O conjunto residencial, construído entre as décadas de 1940 e 1950, resulta de um grande projeto habitacional implementado na região norte da cidade, destinado, principalmente, a atender a demanda por habitação da população operária. Destinado a classes trabalhadoras urbanas consorciadas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, o conjunto residencial acabou, segundo moradores entrevistados por Santos, recebendo informalmente o status de “bairro”. Localizado oficialmente no bairro Passo D’Areia, o projeto é um dos maiores da Grande Porto Alegre, ocupando área de 67 hectares. Além das cerca de 2,5 mil residências erguidas (casas germinadas, casas individuais e prédios pequenos), a Vila do IAPI “trata-se de uma pequena cidade germinada em Porto Alegre”, “com comércio, escolas, biblioteca, posto de saúde e parque” próprios (Weber, 2020, *online*³).

A pesquisa – e, mais detidamente, o artigo que dela deriva – levanta três discussões interessantes. A primeira trata de uma contribuição à antropologia e, mais diretamente, à antropologia urbana, no que concerne à utilização da caminhada livre (ou *flannerie*) como método etnográfico. Os outros dois pontos levantados por Silva se relacionam ao produto destas caminhadas e das conversas com moradores: a reconstituição de uma memória dos habitantes desta região na conformação da vida urbana de Porto Alegre. Nesta seara, menciono a apresentação das controvérsias existentes no projeto de criação de bairros e conjuntos operários iniciado pelo governo Getúlio Vargas e a descrição do processo de heterogeneização da comunidade da Vila do IAPI desde sua primeira ocupação.

A caminhada livre, combinada com uma pesquisa bibliográfica e com conversas com moradores, alicerçou o exercício etnográfico de Santos. Segundo ele, “desde a primeira visita ao local, o deslocamento nas ruas e ladeiras deste conjunto residencial esteve intimamente associado à metodologia de pesquisa antropológica no mundo urbano que estava descobrindo” (Santos, 2013, p. 249). Deslocamento este que, segundo o autor, tinha como pressuposto permitir que o “inesperado e a surpresa dos

³ Weber, Jéssica. A história do IAPI, uma cidade-jardim que parece congelada nos anos 1950. Porto Alegre: GZH (*online*), 20 fev. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/02/a-historia-do-iapi-uma-cidade-jardim-que-parece-congelada-nos-anos-1950-ck6v9b06g0iro01mvdbgh69xk.html>.

trajetos e percursos” dirigissem sua rota, ao invés de seguir uma caminhada de “inspiração cartesiana”. Este tipo de caminhada livre permitiria, então, que as ruas, edificações, jardins e calçadas fossem interpretados como parte de um modo de vida urbano associado ao costume das pessoas, ao invés de meros artefatos. Santos comenta que chegou a experimentar a sensação de “estar perdido no interior deste território” e que

as caminhadas se mostraram fundamentais, pois esta prática de etnografia de rua quebra o simulacro teórico da cidade planejada, valorizando as táticas silenciosas do cotidiano, novamente uma tendência adotada para este trabalho inspirada na etnografia de rua (Eckert e Rocha, 2002) e no pensamento de Michel De Certeau (1994) (Santos, 2013, p. 254).

Ao reconstituir a memória da Vila do IAPI, Santos sinaliza a intersecção entre a política e o desenvolvimento urbano, com foco nas políticas de habitação iniciadas por Getúlio Vargas. Em primeiro lugar, é curioso observar que, ainda que, segundo ele, a maior parte do projeto da Vila do IAPI tenha sido executada durante o mandato de Presidente Dutra, a figura evocada pelos moradores mais antigos como responsável pela obra é a de Getúlio Vargas. “Quem fez isto tudo foi o Getúlio. O Dutra fez uma inauguração, mas quem é mesmo o pai disso tudo é o Getúlio”, disse Sr. João, industriário aposentado interlocutor de Santos (2013, p. 247).

Ao mesmo tempo, no artigo, o autor estabelece relevantes reflexões acerca das estratégias de governo que alicerçaram a construção de tais políticas. Para Santos, o projeto dos conjuntos residenciais voltados para a classe operária se constitui como “um modelo populista aplicado às formas de se administrar os surgimentos de habitações populares irregulares no interior da malha urbana dos grandes centros industriais do Brasil” (Santos, 2013, p. 247). Ou seja: construções como a Vila do IAPI seriam originadas a partir de um modelo populista de política de habitação voltado para a contenção da expansão das favelas, se configurando como um modo de barganha destinado ao controle da classe operária.

Mesmo que a política de habitação que constitui a Vila do IAPI tivesse como público-alvo principal os operários das indústrias, estes não eram os únicos a acessarem o conjunto. Santos identifica que, desde seus primeiros moradores, registrava-se na Vila a presença de pessoas estranhas ao “universo fabril propriamente dito”. Ou seja, os operários não eram os únicos beneficiários do projeto. Isto ocorreria, de acordo com ele, pelo fato de o benefício ser estendido segundo um teto econômico específico, que

variava de acordo com o tipo de residência. “Funcionários das mais diversas instâncias nas indústrias (...) que tinham como espaço de atuação profissional os escritórios, e não a oficina (...) igualmente tinham o direito de requerer uma residência” (Santos, 2013, p. 253). A situação foi se alargando, e, nas décadas subsequentes, muitas das residências foram atribuídas a trabalhadores do setor de prestação de serviços. A migração de novos moradores entre 1960 e 1970, segundo os interlocutores de Santos, tinha relação direta com a extinção dos institutos de aposentadoria,

que serviam como âncoras de toda a política habitacional dirigida às classes trabalhadoras urbanas, e no surgimento do Sistema Financeiro de Habitação, com linhas de crédito separadas conforme os rendimentos dos segmentos sociais (SFH) (Santos, 2013, p. 252).

O artigo de autoria de Santos, além de realizar um resgate da memória da Vila do IAPI e de seus moradores, reconhecendo seus deslocamentos no tempo e no espaço, integra a seara de trabalhos etnográficos que ressaltam a relevância da etnografia da e na rua, ou da “caminhada livre” para os estudos antropológicos. E mais: reforça a premissa de que o trabalho do antropólogo, em seu campo, se revela como um permanente (des)(re)fazer-se. Seja de seus pressupostos, de suas questões, de suas hipóteses ou de sua “caminhada cartesiana” extremamente planejada.

Capítulo 11

Primeiros passos na ‘Vila do IAPI’: introdução a um estudo etnográfico das práticas cotidianas de um bairro de Porto Alegre. p. 244-258. Autor do capítulo Rafael Derois dos Santos. Autor da resenha de Matheus Henrique Dias da Silva.

Como podemos desenvolver uma etnografia que tenha a cidade como seu objeto de pesquisa? Quais técnicas de pesquisa e metodologias podemos aplicar para captar as singularidades desse objeto, principalmente quando ele nos é familiar? Como contrapor memórias oficiais e pessoais envolvendo o ambiente urbano? Essas são algumas das questões que podem ser extraídas do trabalho do artigo “Primeiros passos na ‘Vila do IAPI’: introdução a um estudo etnográfico das práticas cotidianas de um bairro de Porto Alegre” (Derois; Rocha e Eckert, 2005). A pesquisa se dá em um bairro tradicional da Capital gaúcha, formado entre as décadas de 40 e 50.

Com o intuito de desenvolver a pesquisa, o autor emprega como uma das técnicas de pesquisa, caminhadas frequentes no bairro em consonância com a análise de materiais históricos e fotografias por ele produzidas. O ato de transitar pelo bairro o autor nomeia de “caminhada livre” e foi a partir delas que começou a perceber as características distintivas da “Vila do Iapi” em contraposição a outros espaços urbanos da cidade – principalmente o Bairro Passos D’Areia.

A reconstrução memorialística do local ocorre pela consulta em materiais diversos: mapas, fotografias, plantas, jornais, e escritos técnicos. Mas como etnógrafo e atento ao fato de que a cidade é produzida *com* as pessoas, parte do material empírico foi construído a partir do diálogo com moradores do local. É na contraposição entre modos de contar a história da Vila que encontramos elementos importantes ao discutirmos a formação do espaço urbano.

De acordo com Santos, a vila do IAPI resulta de um projeto habitacional que nasceu nas décadas de 1940 e 1950 com o intuito de atender as demandas por moradia das classes trabalhadoras urbanas, que nesse caso específico estavam direcionadas aos consorciados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Esse projeto era englobado por outras políticas da época pensadas sob o guarda-chuva das “questões sociais”, no Estado Novo (1937-1945), buscando resolver o problema de sub-habitações e ampliação de favelas nos meios urbanos. Embora tecnicamente o IAPI seja um conjunto residencial, seus moradores entendem-no como um bairro. O autor percebe esse reconhecimento e emprega certa validação a essa perspectiva, tendo em vista a maneira que identidade social e as fronteiras simbólicas e materiais do IAPI são demarcadas.

Ao travar contato com as narrativas dos interlocutores, o autor começa a analisar as particularidades locais que atravessam histórias oficiais e memórias singulares dos moradores.

As mudanças na arquitetura do local podem ser notadas e contrastam com as formas antigas; a inserção de prédios que demonstram a migração de uma nova classe de habitantes do local e denotam certo afastamento dos “códigos que tecem a memória coletiva desta área na cidade de Porto Alegre”. Essa mudança no perfil dos moradores está atravessada por mudanças político-institucionais maiores, como a extinção da interação direta entre institutos de aposentadoria e a política habitacional para as classes trabalhadoras urbanas. Esses novos moradores são estranhos ao perfil original de

pessoas oriundas das classes operárias - mesmo que desde o início não sejam apenas o baixo escalão das fábricas os beneficiários, mas participantes de diversos setores da indústrias.

A etnografia de Derois nos leva a compreender as complexidades inerentes ao trabalho de pesquisa envolvendo memória, tempo e cidades. Esses três elementos se fundem na busca do autor por captar as singularidades locais e a confrontação constante com a paisagem local que passou por diversas alterações ao longo dos anos, os documentos técnicos que narram de outra forma um mesmo fenômeno.

Referências

DEROIS, R.; ECKERT, C. Primeiros passos na “Vila do IAPI”: introdução a um estudo etnográfico das práticas cotidianas de um bairro de Porto Alegre. *ILUMINURAS*, v. 6, n. 14, 2 dez. 2005.

Capítulo 12

A etnografia de rua na construção do objeto de pesquisa em antropologia: onde um percurso pela rua vira um percurso pela morada. p. 259-275. Autora do capítulo Anelise dos Santos Gutterres. Autora da resenha Jéssica Nunes da Silva.

Intitulo esta resenha como por “Etnografia de rua e o (re)conhecimento da cidade. Culminância, reencontro e pertencimento”. Décimo segundo e último capítulo da coletânea *Etnografia de Rua: estudos de Antropologia Urbana* (2013), o texto da antropóloga Anelise dos Santos Gutterres nos conduz pelas ruas de uma Porto Alegre de ontem e hoje. Permite falar em culminância, na medida em que suas reflexões, fortemente ancoradas na escrita etnográfica e na etnografia de rua, encerram a obra como todo, tornando manifesto e palpável o percurso para a construção de um objeto de pesquisa alinhado à antropologia em contextos urbanos. Ao acompanhar a trajetória da autora enquanto etnógrafa-aprendiz e futura antropóloga, a passagem do tempo nos é desvelada de modo sutil, concatenada à uma análise densa sobre cidade, memória e duração.

Reencontrando-se consigo mesma por meio da (re)leitura de suas notas etnográficas e diários de campo, Gutterres (2013) alinha sua própria percepção acerca da cidade de Porto Alegre e do bairro em que viveu durante a primeira infância, às transformações que se deixam entrever nesse tempo-espço citadino. Para tal, sua

escrita, permeada por uma poética sensível e notável, será o recurso tomado como aporte no processo de ruptura epistemológica (Bachelard, 1988 *apud* Gutterres, 2013) almejado, e que se desvela nos trajetos narrados pela autora. Trata-se de uma exposição reflexiva da experiência etnográfica relatada, revelada progressivamente no contato com o campo de pesquisas em que Gutterres (2013) se insere.

Em termos teórico-metodológicos, a autora parte de uma releitura do texto "Etnografia de Rua: Estudo de Antropologia Urbana", de Eckert e Rocha (2002), buscando captar as temporalidades diversas e sobrepostas que se impõem à pesquisa antropológica no contexto urbano — inerente e permanentemente em transformação. Entre as caminhadas pelo bairro Floresta descritas em seu diário de campo, as lembranças dos interlocutores e a memória mesma da cidade cujo espaço-tempo dá vazão a todas estas experiências, sua narrativa deságua em uma evocação muitíssimo singular sobre a “descoberta/construção” de um objeto de pesquisa.

No primeiro subtópico, *Procedências plurais*, somos introduzidos à atuação do BIEV - Banco de Imagens e Efeitos Visuais, projeto que se consolida enquanto espaço de formação e iniciação da autora na prática etnográfica. Dá-se, assim, sua inserção no campo de pesquisas sobre fenômenos urbanos e etnografia das/nas sociedades complexas. Nessa seara, a Etnografia de Rua emerge enquanto técnica que, balizada pelo paradigma formista, desde Simmel, compõe a "observação preocupada com a fruição estética do lugar", resultando em "um olhar orientado a observar a passagem do tempo a partir das suas formas de apresentação pela estética urbana da cidade" (Gutterres, 2013, p. 262).

Do ingresso em campo, narrado ao longo de *Mergulho no Quase Escuro [...]*, podemos destacar dois elementos principais. O primeiro trata da centralidade de uma *escrita com densidade temporal*, apta a percorrer do presente da escrita ao passado em campo. O faz pela via “da tensão entre as estruturas lógicas e dramáticas” (*Idem*, p. 263), na medida em que as situações vivenciadas passam a ser retratadas e refletidas através do entrelaçamento de papéis sociais: do antropólogo e de seus “nativos” — figurando como personagens no corpo do texto, como em uma crônica sobre a vida na cidade.

Nesse mesmo sentido, o lugar da descrição da experiência em campo é o que conforma, na leitura de Gutterres (2013), a base para construção de um objeto no qual a memória coletiva e os itinerários urbanos ocuparam papel central. O segundo elemento

versa sobre a noção de se *estranhar o familiar*, sendo enfatizado o deslocamento experienciado pela antropóloga-habitante da cidade, quando esta se depara com o desafio de etnografar o espaço co-constitutivo de sua própria trajetória individual — visando promover "uma compreensão da memória do lugar para além daquela habitada pelas imagens de sua infância ali vivida" (*Idem*, p.264).

O primeiro fragmento escrito forma parte do percurso da antropóloga pelas ruas do bairro Floresta, registrado como uma nota de campo escrita em setembro de 2005. Nele se sobressaem os laços afetivos e as feições do tempo, sendo notória, na narrativa sobre o espaço descrito, o recurso à uma poética fortemente entrelaçada à imaginação. Evidencia-se também o lugar do conflito (vide Simmel) e o *drama da passagem do tempo*, na medida em que Gutterres (2013) depara-se com as ruínas da sua própria memória, materializadas pelas transformações na cidade de Porto Alegre. Representado em suas diversas formas, percebemos então o tempo: da infância, da caminhada, do resgate, do presente; o tempo da escrita e o tempo da cidade. A descrição afetiva, saudosa e melancólica deste primeiro fragmento revela a descontinuidade e conflito que se dão na passagem (e fuga) do tempo, por meio da percepção individual da autora sobre as transformações no espaço em questão.

O segundo fragmento, descrito no subtópico *Outros caminhos e dramas para o presente*, revela-se polifônico, conclamando vozes outras para compor as memórias da cidade. Tendo escolhido o bairro Floresta como lócus para "pensar as lembranças e os esquecimentos que integram o estudo da memória coletiva no contexto das grandes metrópoles" (*Idem*, p.269), a autora imerge nas ruas e avenidas do bairro, em diálogo com moradores e antigos moradores, de modo a captar e "atingir a cidade por eles imaginada" (*Idem*, *Ibidem*). Constrói-se, paulatinamente, seu objeto de pesquisa. Compósitas, as camadas de tempo que descrevem e constituem o bairro advém tanto da etnógrafa — e suas próprias memórias de infância e leituras do presente — quanto dos interlocutores e suas percepções, semelhantes ou distintas.

Na prática, os relatos etnográficos atrelados à técnica da etnografia de rua, demonstram como se pode captar, de diferentes formas, o fenômeno da passagem do tempo na cidade. Seguindo os caminhos narrados pela autora, vemos como o caminhar, observar e interagir, tornam-se parte do “processo de pesquisa antropológica sobre a duração do tempo nas grandes metrópoles contemporâneas” (*Idem*, p.273), e nos conclamam a pensar sobre que cidade lembramos, sobre qual cidade almejamos e

construímos cotidianamente. O ato de caminhar, por sua vez, atua na composição de “mapas mentais” (Eckert e Rocha, 2005 *apud* Gutterres, 2013), onde o espaço da memória coaduna-se ao deslocamento pela cidade, desencadeando imagens múltiplas: “Ao se caminhar nas ruas de uma cidade, nos deslocamos no espaço, selecionando, traçando, lembrando e esquecendo, conforme o sentido de um percurso, em que, ao final, é preciso remontar no tempo” (Gutterres, 2013, p. 274).

Por fim, torna-se tátil a percepção acerca das transformações na cidade, desde o ponto de vista daqueles que a habitam. Na leitura de Gutterres (2013), tais mudanças são representadas por meio de uma escrita densamente povoada, que capta, junto da exterioridade da passagem do tempo, a subjetividade e autoria etnográfica imbricadas no processo. Como culminância do percurso, seu objeto de pesquisa é então revelado. Na etnografia de rua, reconhece-se a cidade e a antropóloga, o tempo passado e o presente no qual reatualizam-se essas reflexões. Neste tempo em que a voracidade da especulação imobiliária ergue seus verticalmente infintos prédios espelhados, tornando Porto Alegre por vezes irreconhecível, é o espaço da memória que reverbera, indelével — mesmo quando (e se) fugaz.

Referências

GUTTERRES, A. A etnografia de rua na construção do objeto de pesquisa em antropologia: onde um percurso pela rua vira um percurso pela morada. In: ECKERT, C. ROCHA, A. L. *Etnografia de rua*. Estudos de Antropologia Urbana. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2013, p. 259-275.